

Aprovado parcelamento do Camprev: o que muda para o servidor e para a cidade?

ÁLVARO JR/CÂMARA DE CAMPINAS

Sob forte protesto de servidores, projeto de R\$ 337,8 mi passa na Câmara e antecede Reforma da Previdência

Por **Moara Semeghini**

A Câmara Municipal de Campinas aprovou nesta segunda-feira (24), em segunda discussão, o Projeto de Lei Complementar (PLC nº 65/2026), que autoriza a Prefeitura a renegociar R\$ 337,8 milhões em débitos previdenciários com o Camprev em até 25 anos (300 parcelas). Com o fim da votação na Câmara, o projeto segue para sanção, e o foco do debate público agora se divide entre o impacto no bolso do servidor e os investimentos no município.

O QUE A APROVAÇÃO SIGNIFICA?

Na prática, a decisão traz dois efeitos imediatos. Para a população de Campinas, o governo municipal ganha um alívio de caixa mensal, liberando verbas que seriam usadas para pagar a dívida e que agora poderão ir para obras, saúde e educação. Já para os servidores públicos, a aprovação funciona como uma contagem regressiva: ao aceitar o parcelamento pelas



Câmara aprovou o Projeto de Lei que autoriza a Prefeitura a renegociar R\$ 337,8 milhões em débitos previdenciários com o Camprev em até 25 anos (300 parcelas)

regras federais, o município é obrigado a apresentar uma Reforma da Previdência local até o final do ano, o que deve mudar as regras do jogo para quem planeja se aposentar.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

É justamente esse impacto no funcionalismo que mobiliza bancadas de oposição e sindicatos. Para manter a validade do parcelamento longo perante a Emenda Constitucional nº 136/2025, a Prefeitura terá de adequar a legislação municipal à Reforma da Previdência federal (EC nº 103) até dezembro.

Vereadores como Professor Wagner Romão (PT) e Ma-

riana Conti (PSOL) alertam que essa adequação exigirá o aumento da idade mínima para aposentadoria, subindo de 55 para 62 anos para mulheres, e de 60 para 65 anos para homens, além do aumento no tempo de contribuição e de possíveis elevações nas alíquotas pagas inclusive por aposentados e pensionistas. A oposição questiona a urgência da medida, apontando que o estudo encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) não foi debatido com o Conselho de Previdência e lembrando que o Camprev fechou 2025 com superávit de R\$ 1,02 bilhão.

COFRES PÚBLICOS

Pelo lado da Prefeitura, a aprovação é defendida como uma medida de gestão responsável que reduz a pressão sobre o orçamento atual sem criar novas dívidas. Ao esticar o pagamento do saldo antigo até 2051, o desembolso mensal da administração diminui.

A Secretaria de Finanças calcula uma economia direta de R\$ 19 milhões por ano (cerca de R\$ 3,7 milhões a menos por mês). O Executivo garante que esse recurso será revertido em serviços essenciais para a população e destaca que a taxa de rendimen-

to das parcelas (IPCA + 0,48% ao mês) assegura a rentabilidade e a proteção do fundo previdenciário municipal.

Com o parcelamento chancelado pelo Legislativo, o próximo capítulo dessa disputa se dará nos próximos meses, quando o projeto com as novas regras da previdência do funcionalismo for enviado à Câmara. Após a aprovação na Câmara, o projeto segue para a sanção do Executivo. A atenção agora se volta para a chegada das novas regras da previdência, promessa de intensos debates com os servidores municipais.

Sob pressão, lei da focinheira é alterada e aprovada sem ouvir Conselho Animal

Por **Moara Semeghini**

Após intensa repercussão e críticas de especialistas, a Câmara de Campinas aprovou, na noite de segunda-feira, o projeto de lei que disciplina o uso de focinheira na cidade. A proposta, de autoria do vereador Otto Alejandro (PL), sofreu uma alteração de última hora no plenário: o autor substituiu a obrigatoriedade genérica baseada no porte físico do animal pela exigência restrita a raças específicas, alinhando o texto à Lei Estadual nº 11.531/2003.

Apesar da mudança, que livra raças dóceis de grande porte como Golden Retriever e Labrador da exigência, a matéria foi aprovada sob protestos da oposição e de entidades de proteção animal. A principal crítica gira em torno do rito de tramitação, que ignorou os órgãos técnicos.

A vereadora Fernanda Souto votou contra a proposta e confirmou que o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA) não foi consultado em momento algum do processo, nem mesmo para a redação do novo



Fernanda Souto (PSOL) votou contra a proposta: CMPDA não foi consultado

texto. “O projeto foi a votação e o vereador autor fez uma alteração substituindo o critério de porte por raça específica. Votei contra inclusive porque não foi feita qualquer consulta ao Conselho Municipal”, destacou a parlamentar.

A ausência do CMPDA e do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-SP) na discussão reforça os alertas feitos por especialistas ao longo da semana. Para médicos-veterinários e protetores, a legislação municipal insistiu

em focar no equipamento de restrição ao cão, em vez de endurecer as punições aos tutores irresponsáveis.

O uso de focinheiras inadequadas ou mal ajustadas traz risco real de superaquecimento e parada cardíaca, já que os cães dependem da respiração com a boca aberta para realizar a troca térmica. Além disso, levantamentos de ocorrências mostram que a vasta maioria dos ataques graves na região ocorre com animais mantidos soltos ou que escapam por falta de contenção nos imóveis, situações que já são proibidas pelos códigos de postura e pela lei estadual.

Com a aprovação na Câmara, o texto segue para a análise do prefeito Dário Saadi, que poderá sancionar ou vetar a medida.